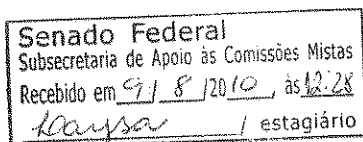


COMISSÃO MISTA DESTINADA À APRECIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N.º
497, DE 27 DE JULHO DE 2010

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 497, DE 27 DE JULHO DE 2010



Promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas, institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA N.º

Dê-se ao art. 27 da Medida Provisória n.º 497, de 27 de julho de 2010, a seguinte redação:

“Art. 27. Os arts. 32 a 34 da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

32.

.....
I – animais vivos classificados na posição 01.02 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, quando efetuada por pessoa jurídica, inclusive cooperativa, vendidos para pessoas jurídicas que produzam mercadorias classificadas nas posições 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.00.1 da NCM;

II – produtos classificados nas posições 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.00.1 da NCM, quando efetuada por pessoa jurídica que industrialize bens e produtos classificados nas posições 01.02, 02.01 e 02.02 da NCM.

.....” (NR)

“Art. 33. As pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, inclusive cooperativas, que



98BA02CA08



Mu



produzam mercadorias classificadas nos códigos 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.00.1 da NCM, destinadas a exportação, poderão descontar da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS devidas em cada período de apuração crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens classificados na posição 01.02 da NCM, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.

.....” (NR)

“Art. 34. A pessoa jurídica, tributada com base no lucro real, que adquirir para industrialização ou revenda mercadorias com a suspensão do pagamento da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, prevista no artigo 32, Inciso II, poderá descontar da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, devidas em cada período de apuração, crédito presumido, determinado mediante a aplicação, sobre o valor das aquisições, de percentual correspondente a 40% (quarenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2.º da Lei n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2.º da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 3.º A pessoa jurídica que, até o final de cada trimestre-calendário, não conseguir utilizar o crédito na forma prevista no caput deste artigo poderá:

I – efetuar sua compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria;

II – solicitar seu ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

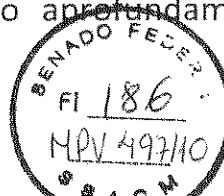
.....” (NR)

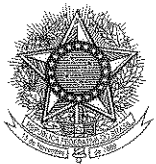
JUSTIFICATIVA

A participação do produto brasileiro no mercado internacional vem evoluindo nos últimos anos, com recordes de exportação. Esse notável desempenho do país é resultado do aprofundamento da



98BA02CA08





parceria entre os setores público e privado, importante para consolidar uma indústria brasileira internacionalizada.

Tal relação precisa ser constantemente mantida para garantir ao setor privado segurança em suas ações e tranquilidade em seus investimentos, gerando empregos e renda para a população brasileira.

Uma dessas parcerias de sucesso é com o setor curtidor brasileiro que vem, de forma consistente e acelerada, atualizando a tecnologia empregada no processo produtivo, agregando continuamente valor à sua produção, e gerando empregos e divisas para o país. O setor curtidor brasileiro ganhou posição de extrema relevância no mercado internacional do couro e transformou o Brasil no 2.º maior produtor mundial e 4.º maior exportador do produto.

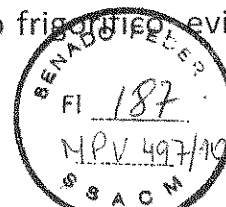
Porém, o governo federal sancionou e publicou a Lei n.º 12.058/2009, que ao modificar substancialmente a legislação da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS para os setores de carne e de couros, introduziu um desequilíbrio tributário entre esses dois setores, beneficiando os frigoríficos que industrializam e comercializam couro e prejudicando os curtumes que adquirem matéria-prima dos frigoríficos. Esse desequilíbrio tributário é de, no mínimo, 9,25% em favor dos frigoríficos que industrializam e comercializam couro, e foi intensificado com a edição da Medida Provisória n.º 497/2010, pela inclusão da posição 41.01.50.10.

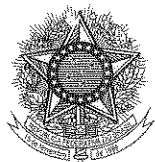
A distorção é mais que relevante e desloca do mercado os curtumes prejudicados, situação que não poderia, em hipótese alguma, ter sido criada pelo governo federal. Em consequência da medida, prevêem-se recuperações judiciais, desemprego e queda na arrecadação tributária. Somente os frigoríficos que industrializam e comercializam couro lucram com essa alteração na legislação.

Logo, há que se retornar ao ambiente tributário existente antes da publicação da Lei n.º 12.058/2009, para restaurar o equilíbrio tributário necessário à sobrevivência e à geração de empregos de inúmeros curtumes brasileiros, localizados por todo o território nacional. Para tanto, apresentamos esta emenda, que eliminará a distorção, ao determinar a incidência tributária na saída do couro do frigorífico, evitando



98BA02CA08

*me*



um desnecessário problema que se iniciaria nos curtumes e que se estenderia a empregados, fornecedores e clientes.

Sala da Comissão, em 9 de 8 de 2010.

Dep. RENATO MOLLING – PP/RS



98BA02CA08

